

Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação

Vera Maria Vidal Peroni

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Resumo

Este trabalho tem como base uma pesquisa que analisa como as redefinições no papel do Estado reorganizam as fronteiras entre o público e privado, materializando-se das mais diferentes formas na educação básica pública e suas modalidades, com profundas implicações no processo de democratização da educação. O Estado continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem à lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública. Esta influência ocorre através da direção e execução e, em alguns casos, dos dois processos. Nestes casos, observamos que a propriedade permanece pública, mas que a Instituição privada assume a direção dos processos pedagógicos e de gestão. Além disso, também atuam na execução, já que assumem a formação, fazem avaliação própria e o monitoramento.

Palavras-chave: Parceria Público-privada em Educação, Política Educacional, Democratização da Educação.

Redefining the borders between the public and the private: implications for the democratization of education

Abstract

This work is based on research that analyses how the redefinitions in the role of the State reorganize the boundaries between the public and private sectors, materializing in the most different ways in basic education and their modalities, with deep implications for the process of democratization of education. The State remains responsible for the access to public education, and even extends the public school enrolments, but the pedagogical and school management 'content' is increasingly determined by institutions that introduce the market logic, with the justification that, by acting so, are contributing to the quality of public school. This influence also occurs through the direction and execution and, in some cases, through the two processes. In these cases, we observed that the property remains public, but that the private institution assumes the direction of the educational processes and management. In addition, the private institutions also act in the execution process, since they carry out the training, their own assessment and monitoring.

Keywords: public-private partnership in education, educational policy, democratization of education.

Redefiniciones de fronteras entre lo público y lo privado: implicaciones para la democratización de la educación

Resumen

Este trabajo parte de una investigación que analiza cómo las redefiniciones en el rol del Estado reorganizan las fronteras entre lo público y lo privado, materializándose de diferentes formas en la educación básica pública y sus modalidades, con profundas implicaciones en el proceso de democratización de la educación. El Estado sigue responsable del acceso, e incluso amplía los espacios públicos, pero el “contenido” pedagógico y de gestión de la escuela se mantiene cada vez más determinado por instituciones que introducen la lógica mercantil, con la justificación de que, al hacerlo, contribuyen a la calidad de las escuelas públicas. Esta influencia se produce a través de la dirección y ejecución y, en algunos casos, de ambos procesos. En estos casos, observamos que la propiedad sigue siendo pública, pero que la institución privada se hace cargo de los procesos pedagógicos y de gestión. Además, también participan en la ejecución, ya que realizan capacitaciones, realizan su propia evaluación y seguimiento.

Palabras-clave: Asociación Público-Privada en Educación, Política Educativa, Democratización de la Educación

Este trabalho tem como base uma pesquisa¹ que visa a analisar implicações das relações entre o público e o privado para a democratização da educação em países latino-americanos: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai e Venezuela. A pesquisa é realizada pelo “Grupo de pesquisa relações público-privado na educação” (GPRPPE) vinculado ao PPGEDU-UFRGS. Estudamos os principais programas e parcerias que envolvem a educação básica no Brasil e países envolvidos na pesquisa, com ênfase nos sujeitos privados que influenciam na direção das políticas e nos conteúdos de suas propostas. No âmbito deste artigo apresentamos algumas questões sobre as redefinições do papel do Estado e a relação entre o público e o privado no Brasil.

A perspectiva teórico-metodológica que embasa a pesquisa é a de que a relação entre o público e o privado na política educacional é parte constitutiva das mudanças sociais e econômicas em um processo de relação (THOMPSON, 1981, 2012), em que Estado e sociedade civil são partes constitutivas do movimento de correlação de forças (GRAMSCI, 1989) de sujeitos (THOMPSON, 1981) situados em um contexto histórico e geográfico (HARVEY, 2008), perpassados por projetos societários distintos. Nesse sentido,

¹ Pesquisa “Implicações da relação público-privado para a democratização da educação na América Latina: Uruguai, Argentina, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil”, financiada pela FAPERGS e CNPq.

entendemos que não se trata de uma contraposição entre Estado e sociedade civil, pois vivemos em uma sociedade de classes em que ambos são construídos por sujeitos individuais e coletivos, em um processo histórico de correlação de forças e influenciados por interesses de cunho mercantil. Portanto, o foco da análise é a privatização do público, na lógica mercantil, com implicações para a democratização da educação (Peroni, 2020). Destacamos ainda, que na análise da relação entre o público e privado, é importante verificar quem são os sujeitos, quais são as suas relações e qual é o conteúdo de suas propostas.

Os sujeitos são mapeados utilizando a metodologia de análise de redes, que permite a organização e visualização de dados, de modo a evidenciar as relações entre os sujeitos individuais e coletivos e suas propostas. Estudamos o complexo e diversificado contexto latino-americano, pois os países, a par de suas singularidades, desde os anos 1980 tiveram processos políticos semelhantes, marcados por abertura política, com participação popular e organização da sociedade na luta por direitos democráticos, ao mesmo tempo em que viveram governos neoliberais e o fortalecimento da privatização do público.

Assim sendo, se as redefinições no papel do Estado, em âmbito internacional, apresentam importantes implicações para o processo de democratização e a minimização de direitos universais e de qualidade para todos, esse processo é ainda mais problemático em países que viveram ditaduras e estavam em um processo recente de luta por direitos materializados em políticas, quando mais uma vez vivem processos de retrocesso democrático.

Durante o período de redemocratização, em muitos países latino-americanos, a garantia do acesso à educação pública foi ampliada, o que consideramos um avanço nesse processo. No entanto, também verificamos a presença cada vez maior do privado mercantil definindo a educação pública. O Estado, em muitos casos, continua sendo o responsável pelo acesso, e inclusive amplia as vagas públicas, mas o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, com a justificativa de que, ao agir assim, estão contribuindo para a qualidade da escola pública.

Neste sentido, entendemos que a relação entre o público e o privado na educação não se limita apenas à propriedade; é entendida como projetos societários em disputa, que ocorrem na correlação de forças tanto no Estado, quanto na sociedade civil, com forças sociais que defendem projetos privados com interesses vinculados ao mercado ou ao

neoconservadorismo, em uma perspectiva de classe², com profundas implicações para a construção de uma sociedade democrática (PERONI, 2018). Democracia aqui entendida como “a materialização de direitos em políticas coletivamente construídas na autocrítica da prática social” (PERONI, 2013, p. 1021).

Redefinições no papel do Estado

Entendemos que a relação entre o público e o privado nas políticas educacionais é a materialização das correlações de forças que ocorrem na sociedade em um período particular³ do capitalismo. Neste sentido, trazemos alguns elementos para o debate acerca das particularidades do neoliberalismo pós crise de 2008, com as reformas de segunda geração do Consenso de Washington e sobre como suas relações com o neoconservadorismo redefinam as fronteiras entre o público e o privado e se materializam por meio das políticas educação básica no Brasil.

Abdala e Puello-Socarrás (2019) reforçam a ideia de que o neoliberalismo é a particularidade do capitalismo neste momento histórico: “El neoliberalismo, tal como se sostiene en este ensayo, según Puello-Socarrás (2008), no se limita a un conjunto (o programa) de políticas, siendo mejor comprendido como la actual etapa del capitalismo” (ADALA; PUELLO-SOCARRÁS, 2019, p. 28).

Puello-Socarrás (2008) trabalha as particularidades do neoliberalismo, no pós-crise de 2008: “El neoliberalismo hoy por hoy lejos de agotarse se reedita. Presenciamos alguna suerte de reactualización que se prolonga en el tiempo y en el espacio, tanto a nivel global como local”. (PUELLO-SOCARRÁS, 2008, p. 81). Para o autor, neste contexto o Estado redefine seu papel, de Estado mínimo para Estado empresarial.

O foco das mudanças é o empreendedorismo, o Estado empreendedor que não mais é o executor de políticas sociais, mas repassa para o indivíduo, através da meritocracia e da competitividade a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso. Há um deslocamento de princípios coletivos e democráticos para individuais, em propostas societárias. Concordamos com Harvey sobre as consequências deste processo de individualização:

² Entendemos classe na perspectiva de Thompson, como “uma relação e não uma coisa” (THOMPSON, 1981, p. 11), “um fenômeno visível apenas no processo” (THOMPSON, 2012, p. 77) e, ainda, que “[...] classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha” (THOMPSON, 2012, p. 169).

³ Particular entendido, conforme Lukács (1978): como mediação na análise “o movimento do singular ao universal e vice-versa é sempre mediatizado pelo particular” (LUKÁCS, 1978, p. 112).

O sucesso e o fracasso individuais são interpretados em termos de virtudes empreendedoras ou de falhas pessoais (como não investir o suficiente em seu próprio capital humano por meio da educação) em vez de atribuídos a alguma propriedade sistêmica (como as exclusões de classe que se costumam atribuir ao capitalismo) (HARVEY, 2008, p. 76).

A reforma estatal proposta desvincula o público do estatal e reforça um espaço público-privado que tem o mercado como paradigma. PUELLO-SOCARRÁS (2008, p. 108) aponta as implicações deste processo: “la más arquitectónica es su pretensión de profundizar la univocidad de la lógica mercantil en el terreno del aparato estatal y en las relaciones políticas que estructuran la totalidad de “lo social” actualmente”.

Este contexto de redefinições do papel do Estado altera as relações entre o público e o privado e tem profundas implicações para a democratização entendida também como a materialização de direitos em políticas sociais universais. A mudança entre direitos materializados em políticas universais ou a lógica individual do empreendedorismo e cidadão cliente de serviços é profunda e traz consequências para a construção de um projeto democrático, principalmente na América Latina.

Laval e Dardot (2017) chamam de novo neoliberalismo este período particular do capitalismo. Para os autores, o novo neoliberalismo se reinventou após a crise financeira de 2008, que passou a ser a justificativa da diminuição de direitos materializados em políticas sociais. Os autores apontam ainda, que a crise como forma de governo provoca novas formas conservadoras e nacionalistas, em alguns casos abertamente fascistas⁴.

O neoconservadorismo tem sido também elemento importante para entendermos este período particular do capitalismo. Conforme vimos, para Laval e Dardot (2017), o neoliberalismo é instrumental ao novo neoliberalismo. Já para Harvey (2008), existem especificidades entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo. Como semelhanças, o autor aponta que ambos são favoráveis ao poder corporativo, à iniciativa privada, à restauração do poder de classe, à desconfiança da democracia e à governança pela elite. No entanto, existem diferenças, como a preocupação com a ordem em resposta ao caos, e o neoconservadorismo defende uma moralidade inflexível como cimento social, o que não é uma característica do neoliberalismo. Para o autor, a diminuição das políticas sociais, o

⁴ Para Boito (2019), estamos vivenciando no Brasil um período de características neofascistas. Para o autor, dentre outras características, o “[...] fascismo é um gênero; o fascismo alemão e italiano, de um lado, e o fascismo brasileiro, de outro, são, ambos, espécies desse gênero. Estou chamando o primeiro de fascismo original e o segundo de neofascismo” (BOITO, 2019, p. 2).

aumento do desemprego, dos ajustes estruturais e a exacerbação da competitividade e do individualismo provocam o caos social e civilizatório, e o neoconservadorismo responde a esse problema com maior coerção social. É a realidade que temos vivenciado no Brasil, nos últimos anos.

Para Moll Neto (2010), a “[...] ideologia neoconservadora resgatou e reconstruiu pressupostos de correntes conservadoras que os antecederam, basicamente do velho conservadorismo e do libertarianismo⁵ (MOLL, 2010, p. 65)”. O autor ressalta que a questão principal de união entre os grupos era o individualismo, pois para eles “[...] nada justificava projetos estatais que interferissem na vida das pessoas e limitassem as liberdades, sobretudo a econômica” (MOLL NETO, 2010, p. 67).

Além disso, Moll Neto (2010) ressalta que a expansão do neoconservadorismo não ocorreu por acaso⁶. Nos anos 1970, houve muito financiamento das elites sulistas dos Estados Unidos, sobretudo do Sunbelt, para a formulação e divulgação do ideário neoconservador, como por exemplo, a Business Roundtable, o American Enterprise Institute, a Heritage Foundation e o Hoover Institution.

Moll (2020), ressalta, ainda, que Kristol (1995), intelectual neoconservador, apontava que os professores faziam parte de uma “nova classe”, guiada por interesses particulares:

[...] essa “Nova Classe” era a personificação da articulação entre os problemas econômicos e os vícios sociais e espirituais da sociedade estadunidense. A “Nova Classe” buscava realizar seus próprios interesses particulares em nome de um igualitarismo perverso e de concepções equivocadas sobre justiça, igualdade e sociedade e em detrimento da Civilização Ocidental (MOLL NETO, 2020, p. 8).

Lacerda (2019), aponta que o Neoconservadorismo ou nova direita é a coalizão que envolve: o movimento religioso evangélico, a direita secular do partido republicano, intelectuais do partido republicano e movimento em reação às políticas de bem estar social e avanço dos movimentos feministas, contra a homofobia e direitos civis

O que cimentou uma mentalidade neoconservadora e tornou possível unir diferentes tradições políticas, como o idealismo punitivo interno, o militarismo anticomunista externo, o absolutismo do livre mercado, valores da direita cristã, o crescimento da direita na América Latina em reação à maré rosada

⁵ Os libertários reivindicam o Estado mínimo não só na economia, mas também sobre a vida pessoal (LACERDA, 2019, p. 54).

⁶ Sobre Think tanks vinculados à educação no Brasil ver MENDES, PERONI, 2020.

O novo conservadorismo brasileiro, ideário que levou Bolsonaro à presidência, organizou a Nova direita em torno da família tradicional, do anti-comunismo e de valores de mercado.

No caso brasileiro, é muito importante agregar o Neofascismo à análise. Conforme Boito (2020) o fascismo é um gênero, o fascismo alemão e italiano fascismo original e o fascismo brasileiro é uma espécie desse gênero, o neofascismo.

O autor, caracteriza fascismo como uma ditadura reacionária com base de massa. E adverte que o Governo Bolsonaro é um movimento e de um governo neofascistas, e não de uma ditadura fascista. É importante ressaltar ainda que a violência é um elemento chave do neofascismo, uma característica em relação ao neoliberalismo e neoconservadorismo. Seu objetivo declarado é eliminar o adversário. Outra questão chave é que o fascismo ocorre em resposta a uma crise econômica e política, no entanto as bases econômicas do capitalismo permanecem as mesmas.

Gramsci (1974) que viveu o fascismo e foi um dos seus principais analistas, aponta a fascistação como um processo que é parte do aguçamento da luta capitalista. O autor, faz a análise do Fascismo vinculado ao capitalismo e ressalta que o Fascismo tem como meta desagregar classe trabalhadora. O autor ressalta ainda algumas contradições do fascismo: ao mesmo tempo em que critica parlamento tem deputados fascistas, o mesmo ocorrendo com a Magistratura que prega o fechamento dos tribunais e opera com magistrados a favor do fascismo. Tem a aparência antissistema e estabelece íntima relação com o grande capital. Tem como base pequeno burguesa (massa), no entanto aponta ações para grande capital.

Pachukanis (2020), que também fez suas análises quando o fascismo estava acontecendo e ressalta que o Fascismo é o Estado dentro do Estado. Assim como Gramsci, analisa que é uma reação contra o movimento operário “a essência do fascismo é a ofensiva aberta contra a classe operária com todos os métodos de coerção e violência” (Pachukanis, 2020, p. 65). O Fascismo joga com a pobreza das massas populares e descontentamento, prometendo respostas a este problema, no entanto operou com os interesses econômicos do grande capital. É um movimento vinculado ao capital e que inclusive recebeu financiamento dos empresários (mercenários contratados, financiam milícias) Empresários financiam milícias contra seus opositores. No Estado fascista, as forças oficiais operam mesmo objetivo. O autor ressalta assim fascistação do Estado como um processo.

Autores atuais que discutem fascismo, como Janson Stanley no livro “Como Funciona o fascismo a política do nós e eles”, aponta as táticas fascistas como mecanismo para alcançar o poder. O autor aponta que a na lógica fascista ocorre a divisão entre o nós e eles, sendo que o Nós – são cidadãos legítimos, produtores e eles são os criminosos, sem lei, preguiçosos, parasitas do Estado de Bem-estar. O autor ressalta como principais características da política fascista: o passado mítico, a propaganda, o anti intelectualismo, a irrealidade e a hierarquia, a vitimização, a Lei e ordem, a Ansiedade sexual, os apelos à noção de pátria, a desarticulação da União e bem-estar público, a crítica ao comunismo. O autor ressalta, ainda, que os políticos fascistas aniquilam história, usam o passado mítico para respaldar visão do presente, é um estado de irrealidade. Atacam Universidade e o sistema educacional e pregam o anti intelectualismo.

Umberto Eco, em seu livro, *O Fascismo Eterno*, aponta as características do Ur Fascismo (fascismo eterno): 1. Culto da tradição – não pode existir avanço do saber, a verdade já foi anunciada; 2. Tradicionalismo – implica a recusa á modernidade, condenação ao modo de vida capitalista. Iluminismo – início da depravação moderna; 3. Irracionalismo – Culto da ação pela ação (sem reflexão), Universidades são ninhos de comunistas; 4. Nenhuma forma de sincretismo (Fascismo) pode aceitar críticas – o desacordo é traição - Ur fascismo busca consenso; 5. É racista por definição; 6. Provém da frustração individual ou social – classes médias frustradas com a crise econômica ou humilhação política – assustadas pela pressão de grupos subalternos; 7. Privados de identidade sociais – privilégio de ter nascido no mesmo país – origem do nacionalismo, obsessão da conspiração – XENOFOBIA; 8. Os adeptos devem sentir-se humilhados pela riqueza ostensiva e força do inimigo; 9. Vida é uma GUERRA permanente; 10. Elitismo é típico de qualquer ideologia reacionária, fundamentalmente aristocrática – desprezo pelos fracos – debilidade das massas – merecem um dominador; 11. Nesta perspectiva, cada um é criado para ser um herói, na ideologia Ur -fascista o heroísmo é a norma – culto da morte; 12. Transfere sua vontade poder para questões sexuais – origem do machismo, homossexualidade; 13. Populismo qualitativo de TV ou Internet, resposta emocional de um grupo é apresentada como a “voz do povo” Povo – ficção teatral – questiona legitimidade do parlamento por não falar a voz do POVO; 14. Ur fascista fala nova língua, um léxico pobre.

O autor ressalta que “O Ur Fascismo ainda está ao nosso redor, às vezes em trajes civis. [...] Pode voltar sob as vestes mais inocentes”. Nosso dever é desmascará-lo e apontar o

dedo para cada uma das suas novas formas – a cada dia, em cada lugar do mundo”. (Eco, 2020, p. 60-61)

Federico Finchelstain, no livro “Uma breve história das mentiras fascistas” aponta que as mentiras fascistas produziam uma realidade alternativa. No fascismo a ficção deslocou a realidade e se tornou uma realidade, com a criação de uma identidade fascista, com a internalização de temas fascistas. Ao tratar do fascismo historicamente, o autor aborda temas muito atuais como a destruição da democracia: “Seu alvo principal era destruir a democracia a partir de seu interior, de maneira a criar uma ditadura moderna a partir de cima” (FINCHELSTEIN, 2020, p. 39). E da relação entre o público e o privado: “Os fascistas transnacionais propunham o Estado totalitário, no qual a pluralidade e a sociedade civil seriam silenciadas, e gradualmente deixaria de haver distinções entre o público e o privado, ou entre o estado e seus cidadãos” (FINCHELSTEIN, 2020, p. 39).

No caso brasileiro, MIGUEL (2018) aponta que a direita nunca esteve ausente no processo político brasileiro, no entanto, no período pós 2016, vivenciamos uma articulação de extrema direita que tem três eixos principais: o primeiro é a ideologia libertariana, ultraliberal, vinculada a proposta neoconservadora estadunidense, que reduz todos os direitos ao direito de propriedade e prega a liberdade de escolha do indivíduo. O segundo é o fundamentalismo religioso, vinculado a uma agenda moral conservadora e à teologia da prosperidade. E o terceiro é o anticomunismo e antipetismo e a fusão entre anticomunismo e reacionarismo moral. O autor adverte, ainda, que as três correntes não são estanques.

Avritzer (2021, p. 18) aponta que o bolsonarismo constitui um “tipo raro de governo não virtuoso e conservadorismo” e que “representa uma nova forma de conservadorismo ideológico e anti-institucional, que abandona a premissa de governo virtuoso em troca da ideia de destruição das estruturas sociais do Estado e das bases públicas de uma política de esquerda”.

O autor argumenta que o governo Bolsonaro foi eleito com uma proposta de antipolítica, que se materializa em três ações conjugadas:

Em um primeiro campo, destroem-se estruturas existentes do Estado brasileiro nas áreas de educação, meio ambiente e direitos humanos, sob o argumento de que elas incentivam uma política progressista de esquerda; em um segundo âmbito, desmantela-se a política pública de saúde durante a pandemia, que se exitosa, corria o risco de habilitar a política e um centro político; e, em uma terceira linha, intimida-se os poderes de modo que a antipolítica não seja interrompida por

decisões legislativas ou judiciais quando buscam impor limites à política de destruição. (AVRITZER 2021, p. 16)

A seguir, abordaremos como estes diferentes processos que caracterizam este período particular do capitalismo se materializam nas relações entre o público e o privado na educação brasileira.

Relação público-privada na educação no Brasil

Nossas análises inicialmente eram vinculadas mais especificamente ao mercado, mas com a realidade atual do Brasil, foi necessário acrescentar neoconservadorismo como parte da análise do processo de privatização do público como um projeto de classe. A seguir, apresentaremos o debate teórico que temos realizado acerca das distintas formas de materialização destes processos na educação.

No caso brasileiro, o poder público é o principal responsável pela oferta na educação básica, mais de 80% das instituições são públicas, conforme o Censo de 2020 (BRASIL, 2020, p. 16), “A rede estadual, responsável por 32,1% das matrículas da educação básica em 2020, é a segunda maior. A rede privada obtém 18,6% e a federal tem uma participação inferior a 1% do total de matrículas”. No entanto, o “conteúdo” pedagógico e de gestão da escola é cada vez mais determinado por instituições que introduzem a lógica mercantil, sob a justificativa de que, dessa maneira, estão contribuindo para a qualidade da escola pública (PERONI, 2015).

É o que Rikowski (2017) aponta como privatização da e na educação. Para o autor, a privatização da educação envolve uma disputa pelo fundo público no sentido do lucro, é a educação tornando-se capital. A privatização na educação é a tomada de controle por parte das empresas e não envolve propriedade, ocorre na disputa pelo conteúdo, o que Harvey (2008) aponta como um projeto de restauração de classe. Em nossas pesquisas, abordamos principalmente a privatização na educação, a disputa pelo conteúdo e pelo controle da educação (RIKOWSKI, 2017), quando não ocorre a mudança de propriedade. No entanto, como o critério para a pesquisa é o movimento do real. Nossas pesquisas sobre o tema procuram sempre abarcar distintas formas de privatização da educação básica.

Para analisar as especificidades destas formas de privatização, dividimos estes processos em: execução, direção, execução e direção e ao mesmo tempo.

Nos processos de direção, o setor privado atua no conteúdo e controle das políticas públicas ou das escolas, sendo que a propriedade permanece pública, como é o caso do Movimento Todos pela Educação (BERNARDI; UCZAK; ROSSI, 2008), ou Movimento pela Base (PERONI; CAETANO; ARELARO, 2019) em que os empresários influenciam o governo federal na agenda educacional e na venda de produtos educativos, ou através da censura, com a ameaça constante do Escola Sem Partido (PERONI; CAETANO; LIMA, 2017).

Nos processos de Execução, o setor privado atua diretamente na oferta da educação, como é o caso das creches comunitárias, Educação de Jovens e Adultos, Educação profissional e Educação Especial. O privado tem justificativas distintas, como *expertise* do setor privado analisamos o caso do PRONATEC na Educação Profissional⁷, em que o Sistema S foi contratado por sua trajetória na formação profissional no Brasil, o mesmo correndo com a educação especial em que as instituições como APAE, Pestalozzi também são chamadas pelo poder público com a justificativa de qualificar o atendimento⁸. No entanto a justificativa é o barateamento da oferta no caso da educação infantil e jovens e adultos⁹, em que a oferta, com algumas exceções, se dá de forma precarizada¹⁰, com bolsas ou salários simbólicos, em locais pouco apropriados, sem espaços democráticos de participação, o que temos chamado de “naturalização do possível”.

Nos processos de execução e direção, analisamos os casos das parcerias entre o poder público e Institutos privados, como é o caso do Instituto Ayrton Senna (PERONI; COMERLATO, 2017), Instituto Unibanco (PERONI; CAETANO, 2016; CARVALHO, 2020) e a Fundação Lemann (PERONI; OLIVEIRA, 2020). As parcerias definem o conteúdo da educação e executam sua proposta através da formação, da avaliação do monitoramento, premiação e sanções que permitem um controle de que seu produto será executado.

Além das propostas vinculadas ao mercado, ressaltamos também propostas neoconservadoras, propondo a censura nas escolas brasileiras:

Projetos de lei de natureza do Escola sem Partido (ESP), que promovem a censura e interdição do trabalho docente em relação ao conteúdo educativo; programas que promovem a militarização de escolas públicas; e medidas que visam fomentar e regulamentar a prática de Ensino Domiciliar e contestam a frequência à escola são alguns exemplos de propostas vinculadas às perspectivas neoconservadoras que se apresentam como estratégia ideológica de restauração do poder de classe (PERONI, CAETANO, LIMA, 2021, p. 20).

⁷ Sobre a atuação do Sistema S no PRONATEC ver Rodrigues (2018)

⁸ Sobre o processo de privatização na Educação Especial ver Borowsky (2013).

⁹ Sobre o processo de privatização como barateamento na EJA ver Comerlato; Moraes (2013)

¹⁰ Sobre qualidade na educação infantil em creches conveniadas ver Susin (2009).

A educação permanece pública, só que quem dá a direção não é mais o público. Por isso, é importante a definição de democracia, como processo, já tratada no texto, e não sua separação entre quem pensa e quem executa.

Considerações Finais

No Brasil, houve pequenos momentos de democracia e, logo depois, ditaduras. A nossa cultura democrática ainda está por ser construída. Enfatizamos o papel da escola nesse processo de construção.

Enfim, destacamos as implicações para a democracia e a naturalização do individualismo e da censura vividas neste período em nosso país, com o privado atuando de diversas formas e em todos os níveis. Enfatizamos, ainda, que estes processos de privatização ocorrem tanto no Estado como na sociedade civil. Cada vez mais observamos governantes terem a privatização como política pública, em um projeto de restauração de classe, corroborando nossa concepção de que a relação entre o público e o privado está vinculada a projetos societários vinculados ao individualismo ou à democracia e que apesar de esta disputa ocorrer em todos os espaços da vida social, na escola como um espaço de conhecimento e socialização estas concepções têm implicações muito importantes para a construção de uma sociedade democrática.

Referências

ABDALA, Paulo Ricardo Zilio; PUELLO-SOCARRAS, José Francisco. Reflexiones sobre la administración pública y el neoliberalismo en nuestramérica, siglo XXI. **REAd. Rev. eletrôn. adm.** (Porto Alegre), Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 22-39, May 2019.

AVRITZER, Leonardo. Política e antipolítica nos dois anos do governo Bolsonaro. In: AVRITZER, Leonardo, KERCHE, Fábio, MARONA, Marjorie (orgs) **Governo Bolsonaro** retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

BERNARDI Liane Maria, UCZAK Lucia Hugo, ROSSI Alexandre José Relações do movimento empresarial na política educacional brasileira: a naturalização da associação público-privada, In: PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação.** São Leopoldo: Oikos, 2018.

BOITO, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. **Revista Crítica_Marxista.** n.50, 2020. p. 111-119.

CARVALHO, Scheiler Fagundes. A escola não cabe numa planilha: implicações do Programa Jovem de Futuro para a gestão democrática da educação numa escola da rede estadual do

Rio Grande do Sul. **Dissertação** (mestrado em educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno**, Rio de Janeiro: Record, 2020.

FINCHELSTEIN, Federico. **Uma breve história das mentiras fascistas**. São Paulo: Vestígio, 2020.

GRAMSCI, Antônio. **Sobre el fascismo** prólogo y selección e Enzo Santarelli.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

LACERDA, Marina. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **La pesadilla que no acaba nunca**. Barcelona: Gedisa, 2017.

LUKÁCS, Georg, **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MENDES, Valdelaine; PERONI, Vera Maria Vidal. Estado, mercado e formas de privatização: a influência dos think tanks na política educacional brasileira. **Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 27, n. 1, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Ester (org) **O ódio como Política**, A reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

MOLL NETO, Roberto. Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988). 2010. **Dissertação** (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

MOLL NETO, Roberto; DAMASCENO, Rafael Pinheiro Caetano. Uma nação sob risco (de aprender): análise do pensamento neoconservador sobre a educação e a experiência no governo Ronald Reagan (1981-1989). **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE). v.15, p.1 - 20, 2020.

PACHUKANIS, Evguiéni. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. A construção do Sistema Nacional de Educação e a gestão democrática em debate In: ALMEIDA, Luana Costa et al. (Org.). PNE em foco: políticas de responsabilização, regime de colaboração e Sistema Nacional de Educação. Campinas: **Cedes**, 2013. P. 1021-1033.

PERONI, Vera Maria. Vidal; CAETANO, Maria Raquel. Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação e Realidade**, v. 41, p. 407-428, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; COMERLATTO, Luciani Paz. Parceria público-privada e a gestão da educação: o Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna. **Perspectiva** (UFSC). v.35, p.113 –133, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Retratos da Escola**, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul/dez 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de; KADER, Carolina Rosa (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; ARELARO, Lisete. BNCC: disputa pela qualidade ou submissão da educação?. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, p. 035-056, 2019.

PERONI, Vera Maria Vidal, OLIVEIRA, Cristina Maria Bezerra. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista**, v.36, p.1 - 22, 2020.

PERONI, Vera Maria Vidal. Relação público-privado no contexto de neoconservadorismo no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 41, e241697, 2020.

PERONI, CAETANO, LIMA, Neoliberalismo e Neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, 2021.
 PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco. **Nueva gramática del Neoliberalismo**. Itinerarios teóricos, trayectorias intelectuales, claves ideológicas. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Derecho, Ciencias Políticas y Sociales, 2008.

RIKOWSKI, Gleen. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 393-413, jul./dez. 2017.

RODRIGUES, Romir de Oliveira. O público e o privado na educação profissional brasileira: o caso do Pronatec. In: PERONI Vera Maria Vidal, LIMA Paula Valim de e KADER, Carolina Rosa (org.) **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2018. p. 171-189.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Autora

Vera Maria Vidal Peroni

Professora convidada do curso de pós graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
 E-mail: veraperoni@yahoo.com.br